

RELATÓRIO DE WORKSHOP

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS DO WORKSHOP

Título e Tema: Como a violação de direitos da pessoa com deficiência na rede afeta sua autonomia e independência

Formato: Debate

Proponente

Nome	Organização	Setor
Reinaldo Ferraz	Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto Br	Terceiro setor

Coproponente

Nome	Organização	Setor
Simone Freire	Movimento Web Para Todos	Empresarial

Debatedores

Nome	Organização	Setor
Cesar Gonçalves do Bomfim	Ministério da Economia – Secretaria do Governo Digital	Governamental

Minibio:

É formado em Ciências da Computação pela UCB, Servidor Público, Analista em Tecnologia da Informação da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação do Ministério do Planejamento. Exerceu o Cargo de Coordenador Substituto do Departamento de Governo Eletrônico entre os anos 2012 a 2016. Contribuiu na construção do eMAG (v3.0 e 3.1), ASESWEB, eSELO e Suíte VLIBRAS.

Nome	Organização	Setor
Simone Freire	Espiral Interativa	Empresarial

Minibio:

CEO da Espiral Interativa, agência especializada em acessibilidade digital e causas. Idealizadora do Movimento Web para Todos, iniciativa que reúne organizações em prol da construção de uma web inclusiva. Graduada em Comunicação Social, integrou boards da Associação Brasileira dos Agentes Digitais e Insper/Enactus. Foi eleita uma 10.000 Women Goldman Sachs e case internacional do programa (2018).

Nome	Organização	Setor
Leonardo Gleison	Instituto Laramara	Terceiro Setor

Minibio:

É técnico em tecnologia assistiva da Associação Brasileira de Assistência à Pessoa com Deficiência Visual, está cursando Engenharia da computação pela Universidade Virtual do Estado de São Paulo, é graduado em análise e desenvolvimento de sistemas pela universidade Braz cubas, consultor de acessibilidade web e membro do grupo de trabalho sobre acessibilidade da w3c/CEWEB.br.

Nome	Organização	Setor
Lael Nervis	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS	Comunidade Científica e Tecnológica

Minibio:

Atua no Centro Tecnológico de Acessibilidade do IFRS. Participa e coordena projetos de pesquisa nas áreas de acessibilidade digital e produção de tecnologia assistiva de baixo custo. Bacharel em Educação. Pós-graduada em Informática na Educação e E-learning Design & Development. Especialista em acessibilidade digital. Editora das Diretrizes de Acessibilidade da Web do Governo Brasileiro.

Moderadora

Nome	Organização	Setor
Amanda Marques	Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto Br	Terceiro setor

Minibio:

Graduada em Gestão da Tecnologia da Informação pelo Centro Universitário Senac-Santo Amaro, trabalha no Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), atuando no Centro de Estudos de Tecnologias Web (Ceweb.br) e no W3C Brasil como Assistente de Projetos Web.

Relator

Nome	Organização	Setor
Jefferson de Oliveira Silva	Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto Br	Terceiro setor

2. ESTRUTURAÇÃO DO WORKSHOP

Objetivo Proposto: ter um panorama das barreiras de acesso e como endereçar políticas públicas para que sistemas acessíveis não sejam uma exceção e sim uma regra.

Objetivos Atingidos: Além do objetivo proposto, discutir a violação do direito das pessoas com deficiência no uso e no consumo de produtos e serviços na rede.

Metodologia e formas de participação desenvolvidas durante o Workshop: Exposição dos posicionamentos e perguntas dos participantes.

3. SÍNTESE DOS DEBATES

Debatedor	Tipo de Manifestação (Posicionamento ou Proposta)	Conteúdo	Consenso ou Dissenso	Pontos a Aprofundar
Simone Freire	Posicionamento	Sites e aplicativos não consideram a pessoa com deficiência ao não fornecer acessibilidade. A falta de empatia e de informação impede que as pessoas percebam que a inclusão das pessoas com deficiência no mundo digital amplia o público. As pessoas com deficiência querem exercer sua cidadania pelo digital, mas não conseguem.	Consenso	-
Simone Freire	Posicionamento	O mundo digital é inacessível para qualquer pessoa que apresente alguma dificuldade. A introdução da pessoa com deficiência torna as plataformas mais simples e apresentam comunicação mais direta. A informação é levada por meio da mobilização, capacitação e transformação. É preciso empoderamento das pessoas com deficiência para que exerçam sua cidadania.	Consenso	-
Cesar Gonçalves do Bonfim	Posicionamento	Pesquisa de 2011 do NIC BR mostra que apenas 5% das páginas governamentais apresentam algum nível de acessibilidade. É necessária a apresentação de novos modelos de acessibilidade em governo eletrônico e novas ferramentas.	Consenso	Como não deixar a mudança de gestão interferir nos projetos de acessibilidade.
Cesar Gonçalves do Bonfim	Posicionamento	É necessário construir um ambiente digital do governo mais acessível. É necessária a criação de um framework com normativos e redes de conhecimento. Modelo eMAG, WCAG. Identidade padrão de governo digital. Cartilha de Boas Práticas de Acessibilidade Digital na Contratação para Desenvolvimento WEB. Ferramenta ASESWEB e VLibras. Além disso, são necessárias capacitações pelo ENAP.	Consenso	-

Lael Nervis	Posicionamento	Na academia, a realidade indica que os materiais digitais são inacessíveis. Existe uma dificuldade em garantir a acessibilidade em todo site, uma vez que existem vários campos e várias pessoas que introduzem informações nos sites. É necessário instruir e capacitar tanto profissionais quanto alunos sobre acessibilidade. Incorporar alunos com deficiência é ajudar a instituição a ser acessível.	Consenso	Métodos de capacitação de profissionais e alunos
Lael Nervis	Posicionamento	Os sites acadêmicos do Instituto Federal seguem os padrões de acessibilidade, o que possibilita capacitação de um número maior de pessoas. Os editais são gravados e disponibilizados em libras. O Moodle foi adaptado para proporcionar maior acessibilidade.	Consenso	-
Leonardo Gleison	Posicionamento	É preciso dar mais espaço para as pessoas com deficiência na sociedade. A tecnologia é a solução para pessoas sem deficiência, mas não inclui acessibilidade. Existe uma dificuldade na realização de atividades básicas de cidadão como compras, andar na rua e viajar. A Web é um reflexo da sociedade e não se preocupa com as pessoas com deficiência.	Consenso	Métodos para iniciar a acessibilidade na web
Leonardo Gleison	Posicionamento	As pessoas com deficiência não são bem atendidas em lugar nenhum. Quando uma página não permite que a pessoa com deficiência acesse seu conteúdo, seu criador está negando o direito da pessoa com deficiência como consumidor e como cidadão.	Consenso	-
P1: Como cobrar a efetiva acessibilidade se nem os sites de inclusão são acessíveis?				
Cesar Gonçalves do Bonfim	Posicionamento	Os sites do governo são realmente inacessíveis. Os técnicos internos, fazem o que podem. O governo tem trabalhado na transformação digital. Apresenta boas iniciativas, transformações digitais, mas devem se preocupar mais com as técnicas de acessibilidade. Embora o Ministério Público esteja atuando neste tema por meio da conscientização (ex: palestras), chegará o momento em que será necessária a atuação de órgãos de controle.	Consenso	-

Lael Nervis	Posicionamento	Desconheço órgãos que fiscalizem a acessibilidade em sites, verificando se as leis estão efetivamente sendo cumpridas. É importante que as pessoas denunciem sites inacessíveis ao Ministério Público.	Consenso	-
Simone Freire	Posicionamento	Deve-se identificar os responsáveis por desenvolver a plataforma e tomar ações para a sensibilização dos envolvidos, além de cobrar. Os programadores não têm informação e não tem ideia da situação dos deficientes. As pessoas devem entender o porquê devem pensar na acessibilidade. Essas ações educativas fazem com que as transformações aconteçam mais rapidamente.	Dissenso	-
P2: Muitas regras necessitam de ações judiciais para serem cumpridas para todos os deficientes. No interior a situação é ainda mais carente. Deve-se ter uma pessoa responsável para que se amplie as ações para que não seja necessário envolver a justiça. No interior há fazendas e pessoas com menos conhecimento que ainda assim necessitam de apoio, e demora muito. É triste ver que falta trabalho e as regras não são cumpridas e respeitadas na área da acessibilidade.				
Leonardo Gleison	Posicionamento	A cidade de São Paulo só é acessível nos grandes centros financeiros e nos lugares próximos às instituições que atendem pessoas com deficiência. No metrô e CPTM, que são duas das maiores empresas de transporte público na capital, há um pouco mais de respeito. Por exemplo, há piso tátil, embora mal colocado. A internet é um reflexo da falta de preocupação do governo e de empresas com pessoas com deficiência. A mesma coisa deveria acontecer para as leis de acessibilidade. Como não se mostram as consequências, não há cumprimento. Quando houver consequências, haverá resultados.	Consenso	-

P3: Existem páginas que possuem o selo de acessibilidade, mas seu conteúdo não é acessível. Como a sociedade pode atingir a acessibilidade real para todos?

Simone Freire	Posicionamento	A acessibilidade digital não é só coisa de desenvolvedor. Tem que envolver desenvolvimento, design e experiência do usuário e o conteúdo, que é essencial. Conteúdo é rei. Deve-se conscientizar as pessoas que, por exemplo, o uso de metáforas complica a tradução para a língua de sinais, o que inviabiliza a interação com a tecnologia assistiva.	Consenso	-
Cesar Gonçalves do Bonfim	Posicionamento	A 2ª cartilha de acessibilidade do Ceweb mostra que existe o processo de validação e quais órgãos deve-se procurar se os sites não estiverem acessíveis. Para que seja bem estruturada, a ferramenta colaborativa VLibras necessita muito da colaboração da sociedade, seja surdo, intérprete, linguista e outros usuários.	Consenso	-

P4: Como a tecnologia pode ajudar educadores a incluir a acessibilidade dentro da sala de aula?

Cesar Gonçalves do Bonfim	Posicionamento	VLibras tem que ter um uso moderado. Não se deve por exemplo utilizar VLibras em situações inadequadas como propagandas políticas. As tecnologias possuem limitações, e o VLibras é mais adequado aos portais digitais com volume imenso onde um intérprete humano não conseguiria dar conta. Em sala de aula, deve-se priorizar o intérprete humano, pela oportunidade. A tecnologia deve ser uma escolha de assistência secundária ao ser humano.	Consenso	-
Lael Nervis	Posicionamento	As tecnologias assistivas têm limitações. Jargões não são cobertos por essas tecnologias. Nestes casos, os intérpretes são mais adequados e não devem ser substituídos. Para outros tipos de deficiência, uma boa conversa com os alunos pode ser uma forma de conciliação. O professor deve ser ativo em procurar os alunos com deficiência, conhecer suas limitações e buscar novas formas para disponibilizar o conteúdo.	Consenso	-

Leonardo Gleison	Posicionamento	Há uma distância grande entre professor e aluno com deficiência. As universidades deveriam contratar professores que soubessem Libras, ou então investir em treinamento para a formação continuada destes professores. Usar tecnologia na sala de aula é uma coisa boa, mas tem que dosar os momentos. Por enquanto, não se deve substituir o intérprete. Há um problema de falta de capacitação dos professores, e isso seria um bom caminho para começar a acessibilidade pela inclusão.	Consenso	-
P5: Como fazer com que as faculdades tenham aulas específicas para ensinar alunos sobre acessibilidade em sites e aplicativos. Não seria interessante a regulamentação pelo MEC?				
Simone Freire	Posicionamento	Não se deve esperar a mudança pelo governo. Em nome do Movimento Web Para Todos, estamos formando parcerias e capacitando estudantes e profissionais, para que os estudantes possam entrar no mercado sabendo produzir conteúdo acessível, incluindo as pessoas com deficiência como persona desde o início do projeto. Assim, a realidade será transformada mais rápida.	Consenso	-
Cesar Gonçalves do Bonfim	Posicionamento	Houve progresso. Não é obrigatório a adesão, mas é obrigatório o oferecimento da disciplina em libras.	Consenso	-
P6: Como convencer os empresários da importância da acessibilidade, indo além da lei brasileira de inclusão?				
Simone Freire	Posicionamento	Argumentos não faltam para convencer os empresários. Argumento da lei, embora não tenha a punição ou multa definida, é um instrumento legal que a gente tem. Além disso temos o argumento da ampliação de mercado e de que a consideração da acessibilidade traz benefícios para a marca.	Consenso	-

P7: O que poderia melhorar nos sites para melhorar a acessibilidade para pessoas que não são especialistas em Internet?				
Leonardo Gleison	Posicionamento	Uma dica é tirar diversos links que ficam na barra de navegação porque atrapalham. Não se usa o botão de pular o conteúdo. Pode-se utilizar os botões de navegação e a tecla tab. Usar textos claros, tanto nos links, quanto nos textos do próprio site. Fazer formulários acessíveis. Preferencialmente, não se deve utilizar Captcha, ou se deve pelo menos Captchas acessíveis.	Consenso	-
P8: Como posso verificar eletronicamente o nível de acessibilidade de meu site?				
Cesar Gonçalves do Bonfim	Posicionamento	Quanto aos validadores , na web para todos, eles conseguem te dar uma orientação do que está errado no site e o que você precisa corrigir pra deixar o site mais acessível.	Consenso	-
P9: Em relação ao estudo dos sites de varejo, em que praticamente nenhum era acessível, uma denúncia não seria uma boa estratégia? Os sites forçados a melhorar sua acessibilidade, tendo-se as multas como punição. Por que essas denúncias ainda são tão pouco utilizadas?				
Simone Freire	Posicionamento	No Movimento Web para Todos, fazemos estudos e contatamos as empresas e organizações. Em 70% dos casos não obtivemos respostas, e não temos como obrigar que essas empresas falem com a gente. Ainda falta o empoderamento da pessoa com deficiência. Precisamos colocar mais pressão, expondo a marca como não acessível, o que deve nos dar um retorno mais rápido.	Consenso	-
Lael Nervis	Posicionamento	A questão das denúncias do Ministério Público, me surgiu a dúvida se o ambiente é acessível para que pessoas com deficiência façam as denúncias.	Consenso	-

